

Montoro acusa "forças" de protelar aprovação

São Paulo — Sem indicar pistas, sem citar nomes — "até porque não tenho informações suficientes ainda" —, o ex-governador e presidente-geral Francisco Montoro acusou: "Há forças trabalhando e interesses ocultos dispostos a protelar a aprovação da nova Constituição do País". Enfático, advertiu que "as pessoas responsáveis" têm obrigação de investigar o fato e identificar os objetivos e os responsáveis por esta situação, "denunciando-os à Nação".

Um dos participantes da reunião do Comitê Executivo da Comissão Sul-Americana pela Paz — ao lado presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú, o ex-chanceler Olavo Setúbal — Montoro alertou que "retardar a aprovação da nova Constituição é trair o Brasil" e apelou à opinião pública para pressionar os parlamentares e "obrigar a Assembleia Constituinte a cumprir seu trabalho".

Sem esconder a irritação com mais um atraso na Constituinte — causado ainda pela discussão das mudanças regimentais —, o ex-governador considerou a falta de um programa básico de governo,

aliado à ausência de uma Constituição "moderna e avançada", o principal problema do Brasil, porque ninguém faz grande projeto ou investimento sem um mínimo de segurança".

Paralelamente a esta preocupação, Montoro vem ampliando seus contatos com os integrantes do "PMDB histórico", como os governadores Waldir Pires (BA), Pedro Simon (RS), Carlos Bezerra (MT) e Max Mauro (ES), na tentativa de integrá-los ao grupo formado, entre outros, por ele mesmo, pelos senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa e pelo deputado José Serra, que se articula "não para formar um novo partido", mas para se fixarem como corrente majoritária na legenda, de modo a reconduzi-la à sua linha programática".

"Se alguém tiver que sair", atacou Montoro, sem meias palavras, "são os fisiológicos". Certo de que o PMDB, em sua maioria e especialmente nas bases, é "fundamentalmente programático", o ex-governador acredita que esta corrente acabará retomando a legenda.

Chiarelli defende partidos

Porto Alegre — O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, advertiu ontem que a Constituinte corre grande risco se continuar o processo de predomínio de grupos suprapartidários como o "Centrão". Preocupado com o que chama de "erosão partidária", Chiarelli enfatizou que apenas através dos partidos, será possível realizar acordos que agilizem a aprovação dos artigos da nova Constituição.

Se os partidos não retomarem seu predomínio, Chiarelli teme que seja impossível até organizar o processo de deliberação na Constituinte. Afirmou que hoje mais ninguém tem maioria constituída, nem mesmo o "Centrão", que

apenas em uma oportunidade, "apesar de toda sua parafernália de mobilização", conseguiu ter mais de 280 votos, o necessário para aprovar questões temáticas. Chiarelli recomendou que todos tenham humildade para reconhecer a inexistência de maioria, primeiro estágio para retomada das negociações.

Esperançoso, Chiarelli vê no surgimento do "Centrinho" e de outros grupos o início do desgaste dos grupos suprapartidários, atribuindo esta reação a posições extremadas e radicalismos do "Centrão". Chiarelli reconhece ser inevitável uma reacomodação partidária até o final da Constituinte.

Covas rebate ataques e culpa conservadores

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, de São Paulo, declarou-se perplexo diante da maioria das análises políticas publicadas nos jornais de ontem, que lhe atribuíam toda a responsabilidade pelo impasse existente na Assembleia, em torno do regimento dos trabalhos constitucionais.

Covas assinalou ter feito o que lhe fora possível, para evitar esse impasse e firmar o acordo com o "Centrão", sobre o regimento da Constituinte. Os centristas, no entanto, não toparam o acordo e estabeleceram dificuldades de toda ordem.

A rigor, segundo Covas, o "Centrão" queria que o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral começasse a fluir apenas no dia 4 de janeiro do próximo ano. Não tendo havido acordo sobre o regimento, porém, o prazo de emendas ao projeto de Covas, em face da intransigência do "Centrão" o projeto Cabral só começará a ser votado no plenário da Constituinte no dia 25 de janeiro de 1988.

Para demonstrar o absurdo de certas exigências do "Centrão", sobretudo resultantes do propósito de cercear o papel dos pequenos partidos na Constituinte, Covas lembrou que os centristas haviam fixado em 280 assinaturas o número mínimo de apoio aos pedidos de destaque a qualquer dispositivo do projeto constitucional.

O PT e os demais partidos pequenos realmente protestaram contra o exagero desse número e o "Centrão" acabou concordando em reduzir a cifra para 140 assinaturas. Houve ainda reações dos líderes daqueles partidos, mas todos eles acabaram aceitando a oferta de Covas, de usarem assinaturas de parlamentares do PMDB, sempre que precisassem completar aquele quorum. Contornado esse obstáculo, o "Centrão", alegou, afinal, que só aceitaria a contagem de prazo para apresentação de emendas ao projeto Cabral a partir do dia 4 de janeiro. Apesar disso, no entanto, os centristas se retiraram de Brasília, an-



Críticas deixam Covas perplexo

tes de serem votados os destaques do PMDB ao regimento da Constituinte.

PMDB

Embora perseguido por diversos correligionários, para que não continue no PMDB, onde vem sendo derrotado pelos peemedebistas do "Centrão", Covas salientou que quem deve desligar-se do partido não é ele, mas os que não cumprem os compromissos do programa partidário, graças aos quais, por sinal, foram eleitos constituintes em 15 de novembro de 1986.

Depois, Covas contestou que o projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, seja estatizante, xenófobo ou contrário aos interesses do empresariado brasileiro. Mostrou o líder que o princípio da estabilidade no emprego é contemplado, hoje, em quase todas as nações do mundo ocidental. Além disso, em nenhum país se dispensa o trabalhador da forma como se faz no Brasil, sem maiores considerações pelos interesses dos assalariados. Quanto à jornada de 44 horas semanais de trabalho, explicou que esse mesmo período também é comum em quase todos os países do mundo. Finalmente, referindo-se ao problema da distribuição de derivado de petróleo, lembrou que não se cogita, aí, de estatizar tal atividade, mas de atribuí-la a grupos organizados no Brasil.

Líder prevê texto equilibrado

Para o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, a Assembleia Nacional, não obstante as vitórias, sucessivas obtidas pelo "Centrão", "produzirá um texto equilibrado, mantendo grande parte do que foi aprovado pela Comissão de Sistematização".

O senador fez essas observações ontem, em jornalistas, durante conversa com jornalistas. Para ele, o "Centrão" «é uma maioria flutuante», que oscilará diante de cada questão concreta. Citou o caso, por exemplo, de um de seus líderes, o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que, no caso da saúde, já votou na Comissão de Sistematização e certamente continuará votando, em plenário, pelo texto do projeto de Constituição. E esse é um dos capítulos considerados «estatizantes».

Admite o líder peemedebista haver no projeto «alguns absurdos e exageros», mas «muito menos do que procuram dar a entender».

«Dizem que é estatizante. Mas pela primeira vez se estabelece que nenhuma empresa estatal poderá ser criada sem aprovação do Congresso Nacional. Meu Deus, onde está a estatização? Dizem que é contra o capital estrangeiro. Ora, o projeto diz até que uma empresa de capital estrangeiro é brasileira. Isso não existe em nenhuma parte do mundo. O que há no projeto contra o capital estrangeiro? Nada. A não ser a vedação para atuar na área de mineração. Mas isso é natural. Em todo lugar é assim».

Concorda Mário Covas em que o dispositivo que tornou a distribuição dos derivados de petróleo monopólio da União é um exagero que «traz menos proveito do que prejuízos para o País» e está certo de que será derrubado em plenário. Mas contesta que isso seja «estatização». É, sim — disse — nacionalização. Seu objetivo é tornar a distribuição privativa de empresas nacionais».